



## RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 02/2020 DE 27.02.2020

*CrITÉrios para determinaÇão de impactos de tráfego, estocagem de produtos químicos inflamáveis ou tóxicos e outros*

O **Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA** no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº 122 de 08 de agosto de 2018, que instituiu o novo Plano Diretor do Município de Bebedouro e com a Lei Municipal nº 3.692, \*de 08 de agosto de 2007 que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e:

Considerando que o EIV é um instrumento de Política Urbana regulamentada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 e pelo Plano Diretor Municipal;

Considerando que o Plano Diretor Municipal- Lei Complementar 122/2017 prevê no inciso XIX do artigo 5º. “A política municipal de desenvolvimento urbano e rural, compatibilizando o exercício do direito de propriedade ao interesse coletivo, garantindo o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, tem como objetivos:..... XIX - orientar a distribuição espacial da população, atividades econômicas, equipamentos e serviços públicos no território do município, conforme as diretrizes de crescimento, vocação, infraestrutura, recursos naturais e culturais buscando a convivência harmônica e minimizando os conflitos de vizinhança”.

Considerando que o Plano Diretor Municipal no - Lei Complementar 122/2017 no § 2º do artigo 277 atribui ao COMDEMA a análise e aprovação dos EIV e que devem ser definidos os critérios para elaboração do EIV e determinação dos impactos.

Considerando o examinado e discutido pela plenária na 92ª, Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, realizada nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Bebedouro, no dia 21 de maio de 2020.

Considerando que foi recebido Parecer do Ministério Público com a avaliação do EIV da UNIFAFIBE.

### **RESOLVE:**

**Artigo 1º** Adotar o estudo do tráfego, a metodologia deve adotar o HCM 2010 e 2016 (Manual de Capacidade Rodoviária), adaptado pelo DNIT e DER, volume 5,devendo serem feitas no mínimo três contagens preferencialmente nos dias de operação de maior volume de tráfego, fluxo de tráfego, velocidade média, a fim de se obter o nível de serviço e se poder avaliar o impacto no tráfego local.



**Artigo 2º** Os empreendimentos que ocupem áreas próximas as APP deverão ter estudados a fauna e a flora do local.

**Artigo 3º** Deverão ser analisados os impactos associados ao ruído e vibrações pelos empreendimentos que possuem equipamentos que podem produzir esses aspectos, recomendando-se o uso da metodologia da Cetesb para essa análise referente a Norma Técnica L11032- Determinação do nível de ruído em ambientes internos e externos de áreas habitadas: método de ensaio .

**Artigo 4º** Deverão ser observados quanto à acessibilidade e mobilidade os conflitos em paradas de ônibus urbano, faixas elevadas, estacionamentos de caminhões, e o fluxo constante das vias lindeiras ao empreendimento, e as vagas para idosos, deficientes, motos, em atendimento ao Plano de Mobilidade, Plano Diretor, PDM, e Código de Obras, e norma técnica NBR 9050.

**Artigo 5º** A emissão de gases deve ser avaliada quando ocorre aumento considerável de tráfego de veículos pesados e movidos a diesel, em especial em horários de pico como em escolas, indústrias, transportadoras.

**Artigo 6º** O risco químico de vazamento de gases tóxicos ou inflamáveis, principalmente de câmara frias que usam amônia, estocagem de cloro, GLP, hexano, combustíveis em geral, sendo o raio de análise determinado pela Norma Cetesb P4.261 e o software Aloha, ainda os gases do Protocolo de Montreal, deverão ser cobrados os prazos de permissão de uso.

§ 1º O raio de influência direta deverá ser de 120 m, a exemplo da área de consulta de anuência dos vizinhos adotada no PDM, e quando se tratar de usos de risco, como depósito de gás, produtos químicos, inflamáveis, ou tóxicos, deverão ser adotados raios maiores, conforme determinado pela Norma Cetesb 4.261, podendo ser aplicado o programa de modelagem de plumas, como o 'Aloha', para análise do risco químico;

§ 2º Os depósitos de gases tóxicos , e de combustíveis em geral de alto risco de incêndio, deverão ter um plano de ação de emergência, PAE.

**Artigo 7º** A infraestrutura, água, esgoto, drenagem, deverão ter avaliados os impactos em função da rede existente,

**Parágrafo Único.** O atendimento à exigência do PDM de 5% de área permeável de ser previsto podendo ser substituído por poços infiltração devidamente calculados para atender a área permeável prevista , e ainda, a execução da caixa de contenção de enchente prevista na Lei Estadual 12.525/2007.



**Artigo 8º** Deverá ser estabelecida a gestão e o controle do resíduo gerado, com previsão de logística reversa, estocagem, tratamento, monitoramento, previsões de ocorrências temporárias e as destinações destes resíduos, com a elaboração do PGIRS, nas atividades definidas como médio ou grande potencial gerador de resíduos.

**Artigo 9º** Produzir um manual de procedimentos para elaboração de EIVs e para o PGRS-Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, devendo uma minuta ser enviada aos conselheiros para análise no prazo de 120 dias para ser aprovado por resolução.

**Artigo 10.** Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, devendo ser afixado na sala deste conselho, no Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e disponibilizada pela internet.

**Eng. Civil Msc. Angela Maria M. do Prado Brunelli**  
Presidente do Conselho da Cidade / COMDEMA / CMSA